Revista de Direito Socioambiental
Dossiê "Povos, territórios e direitos: diálogos socioambientais".
jan./jul. 2023.

Como citar este artigo:
MACIEL, Luciano Moura; BARRETO, João Paulo Lima. Bahserikowi: Centro De Medicina Indígena Da Amazônia E A Formação Do Kumuã Yepahmasã **Revista de Direito Socioambiental - REDIS**, Dossiê "Povos, territórios e direitos: diálogos socioambientais", Goiás – GO, Brasil, n. 01, 2023, p. 137-154.

Data da submissão: 13/03/2022

Data da aprovação: 30/03/2023

BAHSERIKOWI: CENTRO DE MEDICINA INDÍGENA DA AMAZÔNIA E A FORMAÇÃO DO KUMUÃ YEPAHMASÃ

BAHSERIKOWI: AMAZON INDIGENOUS MEDICINE CENTER AND FORMATION OF THE KUMUÃ YEPAHMASÃ

BAHSERIKOWI: CENTRO DE MEDICINA INDÍGENA AMAZONAS Y LA FORMACIÓN DE LOS KUMUÃ YEPAHMASÃ

LUCIANO MOURA MACIEL [1]
JOÃO PAULO LIMA BARRETO [2]

RESUMO
O presente artigo tem como tema o estudo do sistema dos conhecimentos tradicionais indígenas sobre práticas de cuidado de saúde dos povos Yepamahsã que passaram a construir novas territorialidades na cidade de Manaus/AM, vindo a reivindicar o respeito ao direito à saúde indígena. O objetivo geral deste artigo é abordar as conflituosidades entre a medicina biomédica e a medicina indígena no âmbito do trabalho dos especialistas Kumuã (Pajés). Os objetivos específicos são: expor a conexão da trajetória de vida do coordenador João Paulo Barreto com a criação do Bahserikowi e compreender o processo de formação dos Kumuã. A metodologia utilizada é a pesquisa de campo realizada no Bahserikowi, utilizando a observação e entrevistas com o coordenador e com os pajés. Os resultados obtidos na pesquisa foram o conhecimento sobre o processo de formação dos Kumuã e seus conflitos com a ciência biomédica, ao mesmo tempo a possibilidade de diálogo e complementariedade entre os saberes. O resultado da pesquisa foi a constatação da legalidade, com base no direito à interculturalidade, do reconhecimento dos Kumuã como profissionais de saúde com os direitos decorrentes deste reconhecimento, mesmo não sendo formados pela medicina biomédica.

Palavras-chave: Yepamahsã; Kumuã; Bahserikowi; conhecimentos; saúde; indígena;

[1] Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Pará, Brasil(2020). Bolsista do Doutorado em Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará , Brasil advlucianomoura@gmail.com.
[2] Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas, Brasil(2021). Consultor da Academia Brasileira de Ciência , Brasil jplbarreto@gmail.com.

ABSTRACT
The present article studies the indigenous traditional knowledge system regarding the health of the Yepamahsã peoples, who curved new territorialities in the city of Manaus becoming an authority on indigenous health. This article aims to address the conflicts between biomedical medicine and indigenous medicine within the scope of the Kumuã (indegenous shamans) work as specialists. Specialist, this work aims to highlight the connection between Director João Paulo Barreto's life trajectory and the creation of the Bahserikowi Indigenous Medicine Centre, as well as understand the processo of formation of the Kumuã. Observation and interviews with the coordinator and the shamans were conducted during a field visit to the Centro de Medicina Indígena. The results obtained in the research were the knowledge on the process of forming the Kumuã, and the conflicts they have with biomedical Science. At the same time, it touches on the possibility of dialogue and complementary between indigenous knowledge and biomedical science.

Keywords: Yepamahsã; Kumuã; Bahserikowi; Knowledges; heath; indigenous;

RESUMEN
El presente artículo tiene como tema el estudio del sistema de conocimientos tradicionales indígenas sobre la salud del Pueblo Yepamahsã, quien pasó a construir nuevas territorialidades en la ciudad de Manaus, reivindicando el respeto al derecho a la salud indígena. El objetivo general de este artículo es abordar los conflictos entre la biomedicina y la medicina tradicional indígena en el ámbito del trabajo de los especialistas de Kumuã (Pajés). Los objetivos específicos son: exponer la conexión entre la trayectoria de vida del coordinador João Paulo Barreto con la creación de los Bahserikowi y comprender el proceso de formación de los Kumuã. La metodología utilizada es una investigación de campo realizada en el Centro de Medicina Indígena mediante observación y entrevistas con el coordinador y los indígenas chamanes. Los resultados obtenidos en la investigación fueron el conocimiento sobre el proceso de formación de los Kumuã y sus conflictos con la ciencia biomédica, y al mismo tiempo, la posibilidad de diálogo y complementación entre ambos saberes.

Palabras clave: Yepamahsã; Kumuã; Bahserikowi; conocimiento; salud; indígena;

INTRODUÇÃO

O presente artigo articula-se com parte dos resultados da pesquisa de doutorado em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará – UFPA entre os anos de 2016 a 2020, que teve como trabalho final a tese de minha autoria: "Aprender a reaprender" no Bahserikowi: Colonialidade, Direitos e Conhecimentos em face da Lei n.º 13.123/2015.

As incursões no campo de pesquisa foram realizadas na cidade de Manaus, Amazonas, na sede do Centro de Medicina Indígena (CMI) Bahserikowi[3], entre os anos de 2018 e 2019, com

[3] O Centro de Medicina indígena está localizado no município de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Bernardo Ramos, Centro Histórico, Cep:69005-360. https://www.instagram.com/centrodemedicinaindigena/Acesso em 26.02.2022.

intuito de conhecer como os povos indígenas da etnia autodenominação Yepamahsã[4] aprendiam e protegiam seus conhecimentos tradicionais diante das recentes normativas estatais sobre a regulação do acesso aos conhecimentos tradicionais por empresas e sua repartição de benefícios econômicos, Lei n.º 13.123/2015 (BRASIL, 2015).

O Bahserikowi é coordenado por João Paulo Lima Barreto Tukano, liderança indígena, filósofo e antropólogo[5]. As entrevistas com João Paulo foram fundamentais para a consecução dos objetivos da pesquisa e, logo de início, a problemática observada relacionava-se com os indígenas Tukano, que passaram a estabelecer territorialidades específicas (ALMEIDA, 2012) organizando um novo território na cidade de Manaus/AM e reconstruindo suas identidades na interrelação com outros povos indígenas na cidade que colaboram com o CMI, com o público atendido nos procedimentos de tratamento de saúde indígena e na relação com a sociedade e com órgãos governamentais.

Esse processo de reconstrução de vivências e reafirmação de identidades é conflituoso. Com isso, o antropólogo indígena João Rivelino Rezende Barreto (2012, p. 56) possui uma leitura de "cidade navalha", pois o indígena tende a sofrer um processo de individualização e sente falta da reciprocidade e solidariedade da aldeia. Contudo, há uma dinâmica de ressignificação da cultura, a partir dos novos aprendizados nas cidades (MARSHALL SAHLINS, 1997).

Trazendo para a realidade da pesquisa de campo e bibliográfica realizada, não tem como desvincular a invenção do CMI deste processo migratório com a história de vida de João Paulo de Lima Barreto, apenas adentrando um pouco no fluxo de vivências deste antropólogo-indígena, que foi possível a criação, o desenvolvimento e afirmação desta entidade com a forma de proteção e aprendizado dos conhecimentos tradicionais sobre saúde indígena no contexto específico pesquisado de reafirmação da identidade indígena na cidade de Manaus.

A metodologia deste artigo é de base empírica a partir das vivências, observações e entrevistas realizadas na pesquisa de campo nos anos de 2018 e 2019, no Centro de Medicina Indígena – Bahserikowi, com auxílio da leitura e aprendizado da produção científica, que resultou na defesa da tese de João Paulo Barreto pelo Programa de Antropologia Social da Universidade

[4] Termo que diverge de "povos Tukanos". Esta Foi uma das primeiras informações que obtive na pesquisa de campo ao conversar com João Paulo Barreto e após ser acesso as primeiras literaturas. Segundo Álvaro Tukano (2006), o termo Tukano é um apelido, que se refere a um pássaro tukano, que, quando como fica "quietinho". Segundo Álvaro Tukano, os não indígenas na cidade, observaram que os indígenas Tukano ao comerem ficavam "quietos" e uma menina observou: "Vocês mais parecem um Tukano: quando comem ficam quietos; quando não comem fazem muito barulho".

[5] João Paulo Lima Barreto Tukano, primeiro indígena a defender e ser aprovado no Doutorado em Antropologia Social pela UFAM (Universidade Federal do Amazonas), em 03.02.2022, com sua tese intitulada: Kumuã na Kahtiroti-ukuse: uma "teoria" sobre o corpo e o conhecimento prático dos especialistas do Alto Rio Negro. In https://www.youtube.com/watch?v=_QH9pmMCxv0 acesso em 02.03.2022.

Federal do Amazonas - UFAM, em 03.02.2022, intitulada: Kumuã na Kahtiroti-ukuse: uma "teoria" sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas do Alto Rio Negro.

O artigo tem como objetivo geral abordar as conflituosidades entre a medicina biomédica e os conhecimentos tradicionais indígenas sobre práticas de cuidado de saúde, no âmbito do trabalho dos especialistas Kumuã (Pajés), no CMI de Manaus, e tem como objetivos específicos: a) expor a conexão entre a trajetória de vida e familiar do coordenador João Paulo Barreto com a criação do Bahserikowi; b) compreender o processo de formação do Kumuã como necessária para se tornar um especialista em saúde indígena.

1 A CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEDICINA INDÍGENA BAHSERIKOWI E SUA CONEXÃO COM O INTELECTUAL INDÍGENA-ANTROPÓLOGO: JOÃO PAULO LIMA BARRETO

Nascido na comunidade São Domingos Sávio, no rio Tiquié, alto rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, seu nome na língua Tukano é Yupuri-~~u~~remiri-sararoé a mahsã kura, sendo esta última a unidade social da qual pertence, dentro do gênero grupo social Yepamahsã, mais conhecido como povo Tukano. Desde pequeno, João Paulo aprendeu com seu avô Ponciano, as bases do ofício de especialistas, este é o termo que nomeia aqueles indígenas que se tornaram profissionais em saúde indígena por terem passado pela formação de cuidador da saúde de pessoas e mediador cosmopolítico do alto rio Tiquié, na região do alto rio Negro, adquirindo especialidade em Yai ("pajé"), Kumu ("benzedor") e Baya ("mestre de cerimônias").

O pai de João Paulo Barreto, que se chama Ahkito, com o nome registral de Ovídio Lemos Barreto, realizava nos pacientes que buscavam tratamento no Bahserikowi (CMI), até o ano de 2020, cuidados com saúde e com o corpo, mediante diagnósticos de desequilíbrio corporal e bahsese (benzimentos) para tratamento de doenças e infecções.

O Sr. Ovídio, assim como o Sr. Ponciano, repassou inúmeros ensinamentos a João Paulo Barreto sobre a relação do ofício de especialista em saúde indígena com a formação cosmológica e cosmopolítica do povo Yepahmasã: (1) conhecimento sobre Kihti ukũse, como explica Barreto (2017): é o conjunto de narrativas míticas utilizadas pelo Kumu; (2) Bahsese – "benzimento" e o conjunto de fórmulas, palavras e expressões especiais retiradas do Kithti ukũse para assepsia de alimentos e capacidade de invocar princípios curativos; (3) Bahsamori – conjunto de rituais, práticas sociais, cerimônias, a coleta, atividades agrícolas, cânticos e danças (BARRETO, 2017).

O pai de João Paulo Barreto, o especialista Kumu Ovídio Lemos Barreto (Kumarõ nome indígena pré-registral), entrevistado na pesquisa de campo, averbou que os nomes foram rebatizados

pelos padres Salesianos da Igreja Católica, por exemplo, o avô de João Paulo, Sr. Ponciano, tinha o nome indígena pré-registral de Huremiri.

Nesse sentido, a repressão aos conhecimentos tradicionais iniciava-se desde o batismo e o nascimento do indígena. No processo educacional, as crianças eram levadas ao internato escolar por persuasão Salesiana e os professores eram escolhidos pela Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira/AM em parceria com os padres Salesianos, de modo a transmitir a ideologia de uma vida estável e confortável como consequência de estudos exitosos (MACIEL, 2020).

A literatura dos pesquisadores indígenas-antropólogos, como escreveu em sua dissertação Dagoberto Lima Azevedo (2016) que, no município de São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro, foram construídas três sedes da Missão Salesiana, instaladas no rio Uaupés – Taracuá (1923) e Iauareté (1929), missões que chegaram ao município em 1917 e formaram várias gerações de alunos no colégio internato salesiano. Segundo Lasmar (2009), a chegada das missões religiosas é um marco nas transformações de vida dos povos indígenas Tukano, Tuyuka, Dessano, Barasana, Hupda, Makuna, etc. As atividades escolares e as orientações quanto ao modo de vida alteraram de modo significativo a cultura indígena local, cujo ápice foi a proibição das práticas tradicionais de pajelança, benzimento e cerimônias desses povos do alto rio Negro (MACIEL, 2020).

O relato de Ovídio Lemos (Kumarõ) sobre a formação dos Kumuã corrobora a bibliografia sobre a repressão salesiana aos saberes tradicionais; segundo Ovídio, pois tais conhecimentos eram vistos pela colonização salesiana do alto rio Negro como coisa de “Satanás”, o que levou as práticas tradicionais como o benzimento, rituais e cerimônias serem realizados “as escondidas” com receio da repressão colonizadora (MACIEL, 2020).

A educação Salesiana fez parte da trajetória de vida de João Paulo Barreto. Na transição entre infância e adolescência passou a estudar no internato, afastando-se dos ensinamentos do seu avô e passando a conviver mais com seus pais e a dedicar-se exclusivamente aos estudos na Escolinha São Domingos Sávio. Aos 16 anos mudou-se para Manaus, após concluir o 8° ano do ensino fundamental, onde se sentiu totalmente perdido na cidade, tinha medo de sair de casa, tomar ônibus, sofria com as dificuldades linguísticas e as pessoas pareciam completamente estranhas.

Depois de concluir o ensino médio em Manaus, na Escola Técnica de Mineração Professor Gilberto Mestrinho, João Paulo retornou à sua comunidade, onde atuou como professor durante três anos no mesmo sistema de internato. Participou da formação Seminarística por 03 (três) anos, no curso de Filosofia Seminarística pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia Pastoral e Ciências Humanas – CNBB/NORTE I (BARRETO, 2022) e fez o curso de Filosofia pela UFAM. Percebeu que sua formação curricular estava sendo marcada fortemente pelo pensamento filosófico ocidental, contudo, vislumbrava semelhança nas explicações greco-romanas e cristãs sobre o mundo, com os

ensinamentos de seu avô, sobre a formação do mundo Yepahmasã no universo dos Kithti ukũse (BARRETO, 2022).

Apesar da possibilidade da relação entre saberes ocidentais e filosóficos tradicionais, não percebia esta abertura nas Universidades. Ao iniciar o curso de Direito na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sofreu com o hermetismo jurídico e epistemológico, inclusive, tendo passado por situações discriminatórias em relação à sua cultura. A exemplo de quando perguntou: "Por que que os direitos indígenas estavam dentro de Direito Ambiental?". A indagação gerou um "bate boca" infrutífero em sala de aula e um grande mal-estar epistemológico, pois revelou que os direitos indígenas não são reconhecidos como disciplina autônoma no âmbito daquela Universidade (BARRETO, 2022).

Em outro episódio, João Paulo tentou discutir o tema Direito Consuetudinário dos povos indígenas, tendo sido interrompido bruscamente pelo professor, o qual entendia por uma autossuficiência do direito limitado a seu aspecto normativo, que os costumes não faziam parte do ordenamento jurídico brasileiro. Acabou desistindo do curso por não encontrar espaço epistemológico para a escuta, respeito e reflexões sobre os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas (MACIEL, 2020; BARRETO, 2018).

E nas aulas de Filosofia pela UFAM, toda vez que tentava articular sua fala com os conhecimentos Yepamahsã sobre cosmologia, cosmopolítica e cuidados com o corpo, os professores diziam que aquele espaço era para aprender Filosofia, concluindo que suas reflexões eram vistas como "fora" do espaço filosófico possível no contexto universitário.

A vivência acadêmica e profissional de João Paulo Barreto foi marcada por conflitos epistemológicos, pelo não reconhecimento e pelo não respeito aos conhecimentos indígenas de seu povo, o que fez com que começasse a perceber que era preciso expandir os espaços de luta para que a sociedade não indígena considerasse estes saberes e passasse a considerá-los como saberes que não estão abaixo do saber científico e que, a partir da pesquisa antropológica, são revelados os conhecimentos tradicionais como conhecimentos científicos.

Um fato foi fundamental à luta por respeito, afirmação e tolerância em relação aos saberes indígenas e, consequentemente, para a criação do CMI - Bahserikowi: a intercorrência grave em relação à sobrinha de João Paulo Barreto, que foi mordida por uma cobra jararaca nas redondezas da comunidade da família de João Paulo, às margens do rio Tiquié.

Essa experiência, que mobilizou toda a família para salvar a vida da criança, revelou um conflito entre a ciência e os conhecimentos indígenas, diante da imposição da ciência biomédica a um único modelo de medicina curativa, desconhecendo os conhecimentos tradicionais de toda uma civilização indígena.

2 A CONFRONTAÇÃO DA CIÊNCIA BIOMÉDICA COM OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS: O DIÁLOGO COMO RESULTADO DO CONSENSO CONFLITUAL

Em 2009, a sobrinha de João Paulo Barreto, Lucianhe Trurriyo Barreto, à época com doze anos de idade, sofreu um acidente ofídico, tendo sido picada por uma serpente jararaca, grave interrcorrência que mobilizou toda a família da garota. No início do incidente, a dor e o inchaço na perna da jovem foram contidos com bahsese e plantas medicinais. Contudo, os especialistas da comunidade, ao verificarem a profundidade da picada e o volume do inchaço na perna, fatores estes constatados também pelo agente indígena de saúde da comunidade, resolveram conduzir a criança para o Polo Base da região para continuar o tratamento. Ao chegar no local, foi atendida por uma profissional de saúde, mas que, segundo a cultura Yepahmasã, a enfermeira estava em período inapropriado para o bahsese, que era o período da menarquia, procedimento não recomendado pelas práticas tradicionais (BARRETO, 2022).

O fato de os familiares terem ido buscar auxílio na medicina biomédica, não significava que deixaram de lado as práticas consuetudinárias da medicina tradicional, pois as normas do bahsese teriam que ser mantidas para que fosse realizado um trabalho em conjunto de cura, conjugando medicina tradicional com a biomédica.

Na cosmovisão Yepahmasã, uma pessoa que foi picada por serpente não poderia ter contato com uma profissional de saúde em período menstrual, pois segundo essas crenças, o corpo da mulher exala um cheiro forte de sangue, de modo a poder contaminar a pessoa enferma. E foi assim que aconteceu com Luciane Barreto, o inchaço piorou e a criança chegou a desmaiar de tanta dor (BARRETO, 2022).

Com o agravamento do estado de saúde de sua sobrinha, não restou outra alternativa a não ser trazê-la para o polo base de São Gabriel da Cachoeira/AM, e quando ela deu entrada no Hospital; os médicos do polo base entenderam que o melhor seria encaminhá-la para Manaus/AM.

Encaminhada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de São Gabriel da Cachoeira para Manaus, ela foi internada assim que chegou no Hospital João Lucio 28 de agosto e o diagnóstico médico foi de amputação irreversível da perna de Luciane Barreto (BARRETO, 2017), o que Barreto (2018) chamou de “biomedicina da faca”. Esses diagnósticos causaram dor, aflição e grande inconformismo da família Barreto, que resolveu juntar os mais velhos, especialmente os experientes em saúde indígena para pensarem em uma solução acerca do diagnóstico apresentado pela biomedicina.

Após a consulta aos Kumuã Yepamahsã, que são os tios da criança e o pai de João Paulo Barreto, Sr. Ovídio Barreto, foi garantido que, pelo conhecimento indígena, não seria necessário amputar a perna de Luciane e, após muitas reivindicações e lutas junto aos órgãos públicos competentes, o Ministério Público Federal (MPF), abriu procedimento administrativo para garantir a participação dos especialistas indígenas no tratamento do familiar em comum. Houve muita resistência dos médicos, e a proposta dos indígenas Kumuãs era continuar fazendo o tratamento com bahsese e com plantas e ervas medicinais próprias da cultura Yepahmasã.

O Hospital público, inicialmente, recusou esse diálogo intermedicinal, inclusive os pajés tinham dificuldades de entrar no Hospital para realizar o bahsese, principalmente em áreas mais restritas e, assim, pela resistência estatal, a qual não era apenas dos médicos, mas da direção do Hospital João Lúcio 28 de agosto, os indígenas procuraram apoio em diversos órgãos públicos, principalmente no MPF para que pudessem adentrar ao Hospital e atuarem junto com os médicos da biomedicina. A partir da intervenção do MPF, tendo, inclusive, ajuizado uma ação judicial, iniciou-se uma atuação conjunta entre os Kumuã e os médicos (MACIEL, 2020; LEMOS BARRETO, 2016).

Após este imbróglio administrativo e judicial, um médico do Hospital Getúlio Vargas sugeriu que a menina fosse tratada em conjunto com intervenções da equipe médica e com a atuação dos Kumuã, mas sem amputar o pé da criança.

Após a intervenção do MPF e decisão judicial favorável, a menina foi levada para uma casa de saúde indígena em Manaus, onde continuou a ser tratada pelos Kumuã Tukano. Dias após, um médico do Hospital Universitário Getúlio Vargas adotou uma nova solução: entrou em contado com o pai da menina e os Kumuã e propôs que ambos, em conjunto, tratassem a menina, sem amputar seu pé.

O consenso para a participação dos profissionais indígenas no tratamento de Luciane foi conflitual (FERRAZ JÚNIOR, 2022), pois houve muita resistência dos médicos e daqueles que eram seus superiores, e apenas após a intervenção do MPF com a instauração de procedimentos administrativo e jurisdicional é que foram abertas as cancelas do diálogo conflitual entre a biomedicina e a medicina indígena no Hospital Getulio Vargas.

Um conjunto de recomendações passaram a ser expostas pelos Kumuã aos médicos e as enfermeiras, primeiramente as profissionais que fossem atender à menina que seguissem as formas de cuidado consuetudinárias no atendimento à saúde indígena como, por exemplo, a regra básica para a cultura Yepahmasã, que é a de as enfermeiras ou médicas não estivessem menstruadas ou grávidas e que não tivessem feito sexo nas 24h anteriores ao atendimento (BARRETO; LEMOS BARRETO, 2016).

Após esses relatos, que também encontra-se registrado na literatura indígena-antropológica, escrita pelos indígenas pesquisadores sobre o conhecimento tradicional Yepahmasã, os quais ingressaram nos programas de Mestrado e Doutorado como Dagoberto Lima Azevedo, João Rivelino Rezende e Gabriel Sodré Maia, pude observar um conflito espistemológico chamado por João Paulo Barreto de conflito ontológico, entre medicina biomédica e medicina tradicional, sendo que houve um enfrentamento de muito preconceito dos povos não índigenas pelo fato do Bahserikowi ter a expressão "medicina". Isso fez com que fossem acusados de apropriação de termos, pois lhes era dito que "não podiam usar medicina, porque aquilo que faziam não era medicina".

Havia e até hoje há, um conflito entre visões de saúde indígena biomédia e tradicional, como demonstrou o caso. Para os povos indígenas, a amputação de um membro é um fato gravíssimo que não se subsume a uma rotina comum de hospital. Como ocorre na biomedicina, há um outro significado sobre a integridade do corpo ligado à integridade de outros entes a serem explicados mais à frente, por isso a insistência dos povos indígenas no diálogo intercultural e intermedicinal, o que não os privou de muita discriminação dos médicos, sendo que muitos diziam que os pajés não tinham frequentado escola e que o médico tinha estudado por 08 (oito) anos e sabia o que estava fazendo (MACIEL, 2020; BARRETO, 2020 - entrevista na pesquisa de campo).

Esse foi o conflito de fato existente que motivou a criação do CMI. No entanto, um conflito filosófico também foi registrado entre as diferentes concepções e visões sobre o corpo e sua integridade, sobre cuidado e saúde. Diante desse conflito ontológico, foi amadurecendo a ideia de se criar um CMI – Bahserikowi ("lugar de benzimento"), como forma de divulgação, expressão, visibilidade do conhecimento indígena sobre saúde, os quais não visam desconstituir ou sobrepor aos saberes da biomedicina, mas somarem-se a estes, constituindo uma forma seja autônoma, seja conjunta de tratamento dos males que afetam o corpo e a alma (MACIEL, 2020).

Entre os anos de 2009, data da vinda de Luciane Barreto para Manaus, a 2017, a ideia foi sendo amadurecida e, no ano de 2017, o CMI foi criado e pensado para mostrar as diferenças, porque os povos indígenas são diferentes, então, o Bahserikowi surgiu para mostrar à sociedade e à comunidade acadêmcia, uma visão outra, diferente da ocidental, e criado o centro a partir deste conflito ontológico entre os saberes (João Paulo Barreto, coordenador do CMI, 10 de dezembro de 2018).

A ideia do direito à diferença pela compreensão daquilo que indígenas do Bahserikowi entendem como respeito a seus direitos estiveram bem delineadas durante a pesquisa de campo. Logo no primeiro encontro de apresentação de algumas legislações sobre conhecimentos tradicionais, ouvi na reunião com a coordenação e com os colaboradores do CMI, a preocupação

com o direito à diferença, ou seja, viver e fazer cultura de modo diferenciado da sociedade envolvente (de acordo com o art. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988) e o direito ao respeito (art. 231 da Constituição Federal de 1988) (BRASIL, 1988).

A criação do CMI – Bahserikowi está intrinsicamente relacionada à luta dos povos Yeapahmasã pelo reconhecimento de seus saberes tradicionais, pelo respeito da sociedade não indígena envolvente e pelo direito de ser diferente na interlocução com o Estado e com as pessoas não parentes[6], instituição indígena liderada pelo antropólogo-indígena João Paulo Barreto junto com sua família, especialmente seu pai Ovídio Lemos Barreto e seus tios especialistas e colaboradores Benissom Machado Tukano (homenagem póstuma)[7], Ivan Barreto Tukano e Carla Fernandes Dessana.

Fundado em 06 de junho de 2017, o Bahserikowi tem por objetivo a divugação dos conhecimentos tradiconais sobre saúde indígena, daquilo que não é palpável pela ciência, bem como o tratamento em si das pessoas que procuram o CMI para a melhoria de suas respectivas saúdes, seja com bahsese (benzimentos), seja com remédios tradicionais, seja com fórmulas de saúde, seja no cuidado com o corpo, seja no diagnóstico de enfermidades. O CMI faz parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), do Núcleo de Estudo da Amazônia Indígena (NEAI/UFAM), além do apoio da agência Amazônia Real (BARRETO; LEMOS BARRETO, 2016).

Importa ressaltar que, desde sua fundação até o mês de março de 2019, já haviam sido atendidas mais de 730 pessoas, fazendo consultas e tratamentos de diversos problemas de saúde, com o tratamento de diversos tipos de patologia: doenças de pele, situações emocionais, doenças urinárias, gástricas, uterinas, feridas, etc. E cerca de 99% dos atendimentos, segundo Barreto (2019) são pessoas não indígenas.

3 COMO SE APRENDE OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS SOBRE SAÚDE INDÍGENA: A FORMAÇÃO DOS ESPECIALISTAS YEPAHMASÃ (TUKANO)

No primeiro tópico, abordei brevemente os tipos de formação Yepahmahsã: Kithti Ukũse (domínio das narrativas míticas, dos heróis do povo, as tramas vivenciadas e a explicação sobre a

[6] Os povos indígenas costumam chamar os indígenas sejam da mesma etnia ou de outras etnias de parentes. Utilizo o termo não parente, no sentido de não serem indígenas, do que poderia se chamar de "branco".

[7] Cristo Benissom Machado, indígena da etnia Yepahmasã (Tukano), faleceu em 17.04.2021, em Manaus/AM, Benissom conhecido carinhosamente como "Benny Machado" era um entusiasta colaborador do Centro de Medicina Indígena Bahserikowi, era acadêmico de pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e integrou o Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM). Benissom na função de Secretário do CMI não poupou esforços para colaborar com a pesquisa de campo e muito contribuiu com a criação e consolidação do CMI. Disponível em: https://www.xapuri.info/homenagem/benny-machado-jovem-do-povo-tukano-volta-para-a-avo-criadora-do-mundo/ Acesso em 08.03.2022.

origem do mundo); Bahsese (benzimento e conjunto de fórmulas retiradas do Kithti ukũse, bem como o que significa o complexo de palavras e discursos que possibilitam a comunicação com os seres waimahsã) e Bahsamori (conjunto de rituais, cerimônias e práticas sociais). Esse conjunto de conhecimentos relaciona-se com o domínio cosmológico dos Yepahmasã e, a formação do especialista exige o conhecimento do cuidado com o corpo desde a infância e com a visão que o formando a especialista tem em determinado estágio da formação diretamente ligada com o domínio dos kiht ukuse, bahsese e bahsamori[8] (mitos, benzimentos e cerimônias).

O domínio da cosmologia e da cosmopolítica dos Yamahsã e a revelação que ocorrerá no processo de formação com a ingestão de Karphi (ayahuasca) e o wiõ (rapé de paricá) e com o resultado da comunicação com os seres waimahsã é que vai definir se o especialista será Yai (Xamã), Kumu ("Pajé"/benzedor e cuidador do corpo e da assepsia dos alimentos) ou Baya (mestre de cerimônias).

A formação de um futuro Yai, Kumu ou Baya inicia-se antes mesmo do nascimento da criança, já na gestação da mãe do especialista. O escolhido é o filho primogênito, o nascituro é objeto de visão ou intuição sobre seu potencial futuro pelos Kumuã da família ou próximos, geralmente é filho ou neto de um Yai, Kumu ou Baya. A gestação é bastante cuidadosa em relação à dieta: evita-se comer alimentos, peixes e caças gordurosas. A genitora se abstém de comer pesca com utilização de timbó e caça morta com curare. Há um procedimento necessário no corte do cordão umbilical que é a inserção do wiõ peose (rapé) como remédio para curar o cordão umbilical (BARRETO *et al*., 2018).

[8] Kihti ukũse o conjunto das narrativas míticas dos Yepamahsã (Tukano). Essas narrativas tratam das aventuras e tramas vividas pelos demiurgos e por outros personagens e heróis responsáveis pela origem e pela organização do mundo, da humanidade, dos seres, das coisas, das técnicas. O kihti ukũse fala de um tempo em que os humanos ainda não existiam, de um tempo em que o mundo era habitado apenas pelos waimahsã. Assim, podemos dizer que os kihti ukũse formam um conjunto de histórias sobre os waimahsã demiurgos e organizadores do mundo terrestre. No kihti ukũse encontramos as lições, as regras, as obrigações, a origem das doenças e dos bahsese, as etiquetas e os comportamentos exigidos nas relações entre os humanos e destes com os não humanos, especialmente com os waimahsã. Além disso, a leitura e a interpretação dos Kihti ukũse nos permite entender a origem e dinâmica das relações entre os diferentes povos da região rionegrina, seus grupos e suas comunidades (BARRETO *et al*., 2018, p. 26-27).
Os bahsese são um vasto repertório de fórmulas, palavras e expressões especiais retiradas dos kihti ukũse (narrativas míticas) e proferidas formalmente pelos especialistas Pamurimahsã e Umukorimahsã. É uma prática de articular verbalmente as qualidades curativas e preventivas contidas nos tipos de vegetais, animais, outros qualidades protetivos. Bahsese também é limpeza e "descontaminação" dos alimentos, tornando-os próprios para o consumo humano (BARRETO *et al*., 2018, p. 64).
O conceito de Bahsamori aqui empregado diz respeito ao conjunto de práticas sociais associadas aos marcadores naturais, às doenças, às atividades agrícolas, de coleta, aos bahsese, à interação com os waimahsã, aos instrumentos musicais, aos contos e às danças, às coreografias, às pinturas corporais, às etiquetas, peeru (caxiri), kahpi, à formação de especialistas etc. Mais especificamente, bahsamori diz respeito ao conjunto das festas e cerimônias rituais de oferta (poose) e compreende os conhecimentos e as práticas relacionadas à música, à coreografia e aos instrumentos musicais, dentre outros. Essas festas e cerimônias estão organizadas ao longo do ciclo anual, de acordo com um complexo calendário astronômico inscrito e estruturado pela passagem das constelações, que orienta também as atividades anuais e cotidianas da roça, a construção das armadilhas de pesca, de caça, de coleta e várias outras atividades ligadas às experiências da vida cotidiana (BARRETO *et al*., 2018, p. 119).

Estas informações constam na literatura dos antropólogos-indígenas João Paulo Barreto e Dagoberto Lima Azevedo e foram expostas a este pesquisador pelo Kumu Sr. Ovídio Lemos Barreto na entrevista realizada no CMI no ano de 2018.

O Kumuã Ovídio Lemos iniciou sua profissão em 1990, começou de modo relativamente tardio em relação à sua idade, porque sua formação foi interrompida devido à repressão do setor salesiano da Igreja Católica que atuava em São Gabriel da Cachoeira. Outros fatores abalaram sua atividade, como o falecimento de seu pai Ponciano e pelas consequências dos problemas de saúde adquiridos ao final de sua infância. Afirmou Sr. Ovídio Lemos: "Quando eu era menor já tinham feito esse ritual que fizeram para ele dizendo que ele iria ser Xamã igual ao pai dele. Só que chegaram os missionários e ele não pode prosseguir na formação." (g.n) (entrevista com Ovídio Lemos Barreto em 17 de junho de 2019, tradução de Carla Fernandes Dessana, in Maciel, 2020, p. 218).

Em razão da repressão sobre os conhecimentos tradicionais, Ovídio Lemos respondeu que, por este motivo, há poucos Xamãs. Na época de sua juventude, os missionários eram muito rigorosos e os indígenas tinham que obedecer porque passaram a depender deles para viver:

> "(...) Por isso é que tem poucos Xamãs. Na época eles, os missionários eram bem rigorosos e que nós indígenas dependíamos deles para viver. Eles nos enviavam palitos de fósforo, sal e ficamos acostumados a viver com essas coisas de branco e para quem continuava com a formação e continuava fazendo benzimento, eles os missionários já não davam mais nada. Eles eram proibidos de receber essa ajuda dos missionários. Eles os formadores ficavam com medo e faziam escondido e depois paravam de fazer a formação. (entrevista com Ovídio Lemos Barreto em 17 de junho de 2019, tradução de Carla Fernandes Dessana. g.n).

A repressão aos conhecimentos tradicionais foi também relatada nas entrevistas não apenas de Ovídio Lemos, o seu filho, que também é Kumuã, Sr. Anacleto Lima Barreto, também averbou acerca do impedimento ao aprendizado e à prática dos Kumuã no alto rio Negro pelos missionários salesianos:

> "(...) [T]erminei o curso fundamental em Pari-Cachoeira ensino fundamental, ensino médio em são Gabriel e terminei Licenciatura Indígena e trabalho como Professor em uma Escola em Pari-Cachoeira. Sou Tukano e tive muita dificuldade mesmo. Me casei aí que nossos pais começava a orientar sobre o benzimento, a dança, porque o tempo que eu fui me criando já antes os pais, os padres diziam que o benzimento era do "diabo", por isso que nossos avôs tinham medo de repassar, então na nossa família mesmo, tinha um tal de Antônio que era quase um seminarista e os Padres previam que o benzimento era do "diabo". Então os padres queriam impedir o benzimento do meu avô, aí por isso nós começamos aprender com idade menor, porque era para aprender mesmo quando for casado e quando tem filho. (entrevista com Anacleto Barreto Tukano, entrevista realizada no CMI em 18 de janeiro de 2019. Grifo nosso. In Maciel, 2020.).

Mesmo com toda a repressão, o conhecimento tradicional persiste em resistir e a formação durante a infância perpassa pela limpeza no estômago e a ingestão de bebidas que provocam o vômito. Segundo Barreto e Azevedo [et al] (2018), são plantas essenciais para a constituição da êmese que é o mecanismo de defesa do organismo para remover material deglutido ou refluído no intestino e o vômito é utilizado para limpeza estomacal.

Junto com a limpeza estomacal e os banhos matinais, iniciam-se os ensinamentos de pequenos Kihti que são os mitos dos Yeaphamahsã sobre a origem e criação do mundo, sobre o sistema político e hierárquico de seu povo, sobre as regras de etiquetas sociais (Maia, 2018), bem como ensinam-se os primeiros métodos e discursos do bahsese (benzimento), histórias normalmente contadas por um pai ou avô Kumu/Yai/Baya (Barreto, Azevedo [et al], 2018).

Ainda na infância, entre 9 a 11 anos, inicia-se o período anterior à formação propriamente dita, que é a iniciação do jovem à ingestão de Kahpi (ayahuasca) e o wiõ (rapé de paricá) para que o aprendiz tenha os primeiros contatos com as entidades waimahsã, que significa espírito protetor dos lugares (BARRETO, 2017).

Esse processo de formação a cada momento da vida da criança e de seu desenvolvimento físico, psíquico e intelectual é acompanhado por um especialista. Segundo Barreto e Lemos Barreto (2016) o rito de passagem para a vida adulta é marcado pelo ritual composto por duas etapas: a primeira consiste na passagem heri-porã que significa a recolação do nome na estrutura cosmológica, permitindo a particiapação do jovem em cerimônias com o instrumento miriã jurupari e a ingestão de Kahpi (BARRETO *et al.*, 2018).

Após este rituação de iniciação, o jovem está apto à formação em uma das três especialidades: Yai, Kumu, Baya. Para saber sobre a formação específica do jovem, ele precisa passar por um outro ritual, com a ingestão de wai-ka kahpi (uma espécie de ayahuasca mais forte). Ao ingerir a bebida, se o jovem tiver uma visão alucinógena ahkopa: um recipiente com água, a cuia vahtoro e quatro folhas indicando as janelas do universo chamado de shope que significa a visão norte-sul-leste-oeste, o jovem seria Yai. Na hipótese da sua visão revelar o patú-vahro (cuia com ipadu), o murorõ (cigarro) e o breu, o jovem aprendiz seria um futuro Kumu. Por fim, caso sua visão encontrar o mahãpari, o maracá nhassã e o haunpu, que é o bastão de ritmo, sua formação seria específica para se tornar um Baya (BARRETO, 2019; MACIEL, 2020).

Na possibilidade de o jovem não encontrar nenhuma dessas imagens, não estará habilitado a se tornar um especialista, sendo dispensado do ofício. Caso ocorra uma das visibilidades, iniciará a formação específica do futuro especialista. Posteriormente ao tipo de visão e sob efeito da bebida wai-ka kahpi é que se tem início à formação específica, seja Yai, Kumu ou Baya.

A formação tem a duração de 01 (um) ano e 06 (seis) meses, os jovens ficam completamente isolados, e a formação é marcada por instruções, provações e práticas especiais, sob o monitoramento do especialista específico da função, que deve seguir suas instruções, sob o monitoramento de um Yai (Xamã) especializado na função de "treinamento" e, o melhor período para a formação, é o tempo do aparecimento das frutas silvestres, especialmente buriti e jatobá.

Os últimos 03 (três) meses de formação são os mais decisivos. O jovem fica em isolamento completo, cumprindo uma dieta redobrada, seguindo a abstinência sexual, acompanhado apenas pelo formador e pela provedora de alimentos, sendo esta uma senhora que já passou pelo período da menopausa e, durante o período final da formação, os aprendizes ficam em conexão com o especialista formador nas casas de "Waimahsã de uhtãwiseri (casas montanhas), nukuwiseri (casas florestas), pasiwiseri (casas de tipo de tabatinga)". Nessas casas, os formandos aprendem a desvendar os sonhos, prever futuras doenças e formular o bahsese (benzimento), a cantar o bahsamori e as técnicas de diagnóstico de doenças, as fórmulas de cura e as atribuições medicamentais das plantas medicinais (BARRETO *et al*., 2019, p. 25).

O encerramento da formação ocorre na estação de Ayã (jararaca), momento de intensa circulação de waimahsã, que é o tempo de maior apreensão para os humanos, pois ocorrem muitas doenças e picadas de cobras venenosas e acidentes fatais. Isso ocorre, devido ao fato do waimahsã ruins (espíritos ruins) passarem ceifando vidas humanas como cobrança pelos males causados. Por outro lado, há os waimahsã bons que orientam os humanos a tomarem certos cuidados e a se precaverem de ataques e das intercorrências maléficas da vida (BARRETO *et al*., 2018).

Dessa forma, conclui-se a formação específica. O Kumu é especialista em benzimentos para tratamento de doenças, infecções e benzimentos. O Yai é um Xamã que consegue ter poderes de conexão, intermediação com o mundo dos waimahsã, pela ingestão dos participantes da sessão de Kahpi (ayahuasca) e sessão de rapé, e, por fim, pode se tornar um Baya que é o Mestre de Cerimônias que possui domínio dos Bahsamori dos Yepahmahsã, ou seja, coordena as cerimônias dos cânticos, dos instrumentos musicais, das festas e das etiquetas sociais (BARRETO *et al*., 2018).

O especialista que trabalha no Bahserikowi recebe essa formação advinda da cosmologia dos povos Yepahmasã, que é a forma como este povo concebe a formação e a construção do mundo.

Os Kumuã pesquisados trabalham prioritariamente e precipuamente com saúde indígena, utilizando-se de seus conhecimentos com os bahsese, ou seja, com os benzimentos, de modo a atender ao público externo. Segundo Barreto (2013, p. 74) bahsese é um procedimento que ao dominar e utilizar um repertório de palavras, tramas sobre os mitos, expressões especiais, possibilitam a comunicação com os "wai-mahsã". E nas palavras do autor o "bahsessé é também, a

habilidade de um homem especialista em invocar elementos e princípios curativos, contidos nos tipos vegetais e animais" (BARRETO, 2013. p. 74-75).

Esse repertório de palavras e expressões do bahsessé trata da história de formação e criação do mundo, do surgimento dos seres humanos. O cigarro e o breu (resina vegetal) servem para que o Kumu especialista imunize o ambiente e acalme a hostilidade, detenha a inveja e o ódio (ira) dos wai-mahsã, podendo ser utilizados junto com a pimenta e o sal por um especialista, como meio de estabelecer a comunicação com os agentes agressores da vida que são os wai-mahsã (BARRETO, 2013).

A função primordial do especialista é manter a comunicação constante com os seres humanos invisíveis para que o cosmo e o meio ambiente fiquem equilibrados, com condições habitáveis para os seres vivos, os animais, os vegetais e minerais. Desse modo, o especialista, ao atender uma pessoa, procura classificar seres distintos, como bem explicou Azevedo (2018, p. 55): "se uma pessoa sofre um acidente no trabalho com suas ferramentas, o Kumu buscará classificar a cadeia pela qual a ferramenta deve ter passado em sua produção na fábrica". Ao classificar acaba por fazer uma espécie de assepsia do corpo e, com isso, introduz os "princípios curativos" de vegetais amargos cujo sabor amargo age sobre as feridas. É muito comum o Kumu benzer objetos e ferramentas de trabalho, remédios, o corpo da pessoa, os lugares mais afetados, etc.

CONCLUSÃO

Os especialistas indígenas, que dominam o conhecimento sobre práticas de cuidado de saúde conhecidos como Xamãs e Pajés, não são reconhecidos pelo Estado como profissionais de saúde. Durante a pesquisa, acompanhei uma parceria do Bahserikowi com o Disei – Distrito Especial Sanitário de Saúde Indígena, para que o Kumuã Ovídio Lemos Barreto atendesse no Disei, contudo, sem o pagamento de salários, ou seja, não há o reconhecimento pelo Estado destes profissionais. No entanto, há o reconhecimento social que os especialistas possuem, principalmente dos pacientes que confiam no trabalho destes no CMI Bahserikowi. Por isso, a luta por novos direitos demanda o reconhecimento do trabalho dos especialistas como profissionais de saúde.

O conjunto de saberes indígenas na área de saúde reunidos no CMI – Bahserikowi não estão abaixo e tampouco acima do conhecimento científico, situam-se em um patamar de horizontalidade cujo diálogo intercultural e, no caso estudado intermedicinal, é imprescindível para a adoção de formas mais plurais de cuidado com o corpo.

Os conhecimentos tradicionais dos Kumuã apresentam autonomia em relação ao conhecimento biomédico, mas, ao mesmo tempo, podem, em algumas situações, complementar o

saber biomédico, principalmente quando estiver em jogo uma pessoa indígena da comunidade que pertence ao lugar cultural da etnia, como foi o caso da criança mordida por uma cobra. A complementariedade só faz sentido quando os dois modelos de tratamento de doenças e de cura respeitarem e entenderem que os modelos estão operando com conceitos distintos de saúde e doença, mas com a mesma finalidade, isto é, de abrandar a dor, ou curar as doenças. O importante é colocar à disposição das pessoas com respeito ao direito à diferença, a possibilidade do cuidado diferenciado realizado pelos Kumuã.

O fato dos Yepahmasã, representados pela família de João Paulo Barreto, terem evitado "a biomedicina na faca" e terem salvado o pé e a perna da criança indígena, foi uma grande conquista, simbolizada com o trabalho em conjunto do médico da biomedicina com o Kumuã no hospital Getulio Vargas.

Desse modo, o respeito aos direitos dos povos indígenas, com destaque neste artigo, em relação ao reconhecimento dos direitos à saúde indígena, advindos da cosmologia, da cultura e dos conhecimentos sobre plantas, fórmulas de medicamentos dos povos indígenas, bahsese (benzimentos), constituem direitos dos povos indígenas que devem ser reconhecidos e assegurados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A dimensão política dos "conhecimentos tradicionais". **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas.** 2.º vol. Alfredo W.B. de Almeida. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – uea / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2013.

AZEVEDO, Dagoberto Lima. **Agenciamento do mundo pelos Kumuã Ye'Pamahsa: o conjunto dos bahsese na organização do espaço Di'ta Nuhku**. 2016. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. 2016.

BAHSERIKOWI - **Centro de Medicina indígena (CMI).** Localizado no município de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Bernardo Ramos, Centro Histórico. Disponível em: https://www.instagram.com/centrodemedicinaindigena/. Acesso em: 26 fev. 2022.

BARRETO, Anacleto de Lima. Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2019 no Centro de Medicina Indígena da Amazônia. 2019. *In* MACIEL, Luciano Moura. **"Aprender a reaprender" no Bahserikowi: Colonialidade, Direitos e Conhecimentos em face da Lei n.º 13.123/2015**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Orientadora: Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão, 2020.

BARRETO, João Paulo. **Kumuã na Kahtiroti-ukuse: uma "teoria" sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro.** 2022. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Gilton Mendes dos Santos, 2022.

BARRETO, João Paulo. **Wai-Mahsã: peixes e humanos*:* Um ensaio de Antropologia Indígena.** 2013. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, 2013. Disponível em http://www.ppgas.ufam.edu.br/attachments/article/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jo%C3%A3o%20Paulo%20Lima%20Barreto%20-%20Wai-Mahs%C3%A3....pdf. Acesso em 03 de julho de 2019.

BARRETO, João Paulo. Entrevista realizada em 15 de outubro de 2018 no Centro de Medicina Indígena da Amazônia. 2018. *In* MACIEL, Luciano Moura. **"Aprender a reaprender" no Bahserikowi: Colonialidade, Direitos e Conhecimentos em face da Lei n.º 13.123/2015.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Orientadora: Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão, 2020.

BARRETO, João Paulo. BAHSERIKOWI – Centro de Medicina Indígena da Amazônia: Concepções e práticas de saúde indígena. **Amazônica: Revista de Antropologia**, 2017, Vol. 09**.** In https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5665/4679 Acesso em 05.05.2019

BARRETO, João Paulo. Bahserikowi – Centro de Medicina Indígena da Amazônia: concepções e práticas de saúde indígena. **Amazôn., Rev. Antropol. (Online)** 9 (2): 594 - 612, 2017

BARRETO, João Paulo. **Defesa de Tese de João Paulo Barreto Tukano**. Transmitida ao vivo pelo youtube. In https://www.youtube.com/watch?v=_QH9pmMCxv0 acesso em 02.03.2022

BARRETO, João Paulo de Lima; AZEVEDO, Dagoberto Lima [et al]. **Omerõ: constituição e circulação dos conhecimentos tradicionais Yepamahsã (Tukano).** Universidade Federal do Amazonas. Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI) – Manaus: EDUA, 2018.

BARRETO, João Rivelino Rezende. **Formação e transformação dos coletivos indígenas do noroeste amazônico**: do mito à sociologia das comunidades**.** Manaus: EDUA, 2018.

BARRETO, João Rivelino Rezende. **Formação e transformação dos coletivos indígenas do noroeste amazônico:** do mito à sociologia das comunidades. 2013. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2013.

BRASIL. **Lei n.º 13.123, de 20 de maio de 2015.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm. Acesso em 05 de março de 2022. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de março de 2022. 1988.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A superação do direito como norma**: uma revisão descolonial da teoria do direito brasileiro. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.

LASMAR, Cristiane. **Conhecer para transformar**: os índios do rio Uaupés (Alto Rio Negro) e a educação escolar. Tellus, ano 9, n. 16, 2009. Disponível em: http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/174/205. Acesso em 03 de julho de 2019.

LEMOS BARRETO, Ovídio; BARRETO, João Paulo Lima. **Proposta de Bahserikowi**: Centro de Medicina Indígena. 2016.

LEMOS BARRETO, Ovídio Lemos Barreto. Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2018 no Centro de Medicina Indígena da Amazônia – *Bahserikowi.* 2018. *In:* MACIEL, Luciano Moura. **"Aprender a reaprender" no Bahserikowi: Colonialidade, Direitos e Conhecimentos em face da Lei n.º 13.123/2015**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Orientadora: Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão, 2020.

MACHADO, Cristo Benissom. **Homenagem**. Disponível em: https://www.xapuri.info/homenagem/benny-machado-jovem-do-povo-tukano-volta-para-a-avo-criadora-do-mundo/ Acesso em 08 mar. 2022.

MACIEL, Luciano Moura**. "Aprender a reaprender" no Bahserikowi: Colonialidade, Direitos e Conhecimentos em face da Lei n.º 13.123/2015. 2020.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Orientadora: Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão, 2020.

MAIA, Gabriel Sodré. **Bahsamori**: o tempo, as estações e as etiquetas sociais dos Yepamahsã (Tukano). Coleção Reflexividades Indígenas. Manaus: EDUA, 2018.

SAHLINS, Michel. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. **Revista Mana**, Vol. 3, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002. Acesso em 15 de julho de 2019.

TUKANO, Álvaro. Sociedade da informação para sociedades indígenas. **Revista Inclusão Social,** Brasília, v. 1, n. 2, p. 113-122, abr./set. 2006.

Direitos autorais 2023 – Revista de Direito Socioambiental – ReDis (UEG)
Editores responsáveis: Thiago Henrique Costa Silva e Ricardo Oliveira Rotondano.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.